MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº

: 10680.008157/92-07

Recurso nº

: 106.841

Matéria

: IRPJ - EXS.: 1988 a 1990

Recorrente

: FRIGONETO LTDA.

Recorrida

: DRF-BELO HORIZONTE/MG

Sessão de

: 02 DE JUNHO DE 1998

Acórdão nº

: 105-12.393

OMISSÃO DE RECEITAS - Caracterizam o ilícito fiscal, as entradas e saídas de mercadorias, sem documento fiscal, ou seja, não contabilizadas.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto FRIGONETO LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para excluir da base de cálculo da exigência as parcelas de Cz\$ 7.032.921,85, Cz\$ 207.703,50 e NCz\$ 16.543,76, nos exercícios financeiros de 1988, 1989 e 1990, respectivamente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

VERINALDO HÉNA QUE DA SILVA

PRESIDENTE

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO

FORMALIZADO EM:

2 1 JUL 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NILTON PÊSS, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, CHARLES PEREIRA NUNES e ALBERTO ZOUVI (Suplente convocado). Ausentes os Conselheiros VICTOR WOLSZCZAK e, justificadamente, IVO DE LIMA BARBOZA.

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº

: 10680.008157/92-07

Acórdão nº

: 105-12.393

Recurso nº

: 106.841

Recorrente

: FRIGONETO LTDA.

RELATÓRIO

Retorna o presente processo da diligência determinada por esta Câmara, através da Resolução nº 105-0.930, de 17.09.96.

Adoto e leio para os meus pares, o relato anterior, de fls. 245/248, da lavra do ilustre ex-Conselheiro Jorge Ponsoni Anorozo, bem como o voto de fls. 249/253 e a conclusão de diligência de fls. 268/269.

É o Relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº

: 10680.008157/92-07

Acórdão nº

: 105-12.393

VOTO

Conselheiro AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, Relator

Recurso tempestivo, dele conheço.

A diligência realizada apresentou o deslinde do feito, conforme especificado às fls. 268/269, em vista de que as demais alegações da recorrente não conseguem afastar a ocorrência do ilícito, quanto aos valores remanescentes.

Nestes termos, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso, para excluir da base de cálculo da exigência, as importâncias de 7.032.921,85, 207.703,50 e 16.543,76, nos exercícios de 1988, 1989 e 1990, respectivamente.

É o meu voto.

Saia das Sessões - DF em 02 de junho de 1998.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO